

Ministério Público

Minas Gerais

Concurso 40

Prova Preambular (1º Fase)

DIREITO PENAL

01 - A pequena comarca do interior ficou estarecida quando se apurou que João, um rude lavrador, mantinha regularmente conjunção carnal com sua filha Terezinha, de apenas 13 anos de idade. Joana, mãe de Terezinha, mesmo possuindo total conhecimento dos fatos e ampla possibilidade de noticiá-los à autoridade competente, desde o início quedou-se inerte. Por esta conduta omissiva, Joana deverá responder:

- a) por um crime de estupro (art. 213, CP) a cada conjunção carnal verificada;
- b) por um crime de sedução (art. 217, CP) a cada conjunção carnal verificada;
- c) pelo crime de mediação para satisfazer a lascívia de outrem (art. 227, CP);
- d) pelo crime de favorecimento à prostituição (art. 228, CP);
- e) por crime algum, sendo sua conduta atípica uma vez que nossa legislação não contempla a participação por omissão.

02 - Sobre a tipicidade é correto afirmar, **exceto**:

- a) em virtude do conceito de tipicidade material, excluem-se dos tipos penais aqueles fatos reconhecidos como de bagatela, nos quais têm aplicação o princípio da insignificância;
- b) a teoria da *ratio essendi*, também conhecida como teoria da identidade, desenvolvida por Mezger, concebe a tipicidade como a própria razão de existir da ilicitude, no âmbito do tipo-de-injusto;
- c) a tipicidade é uma decorrência natural do princípio da reserva legal;
- d) a tentativa é hipótese de adequação típica de subordinação mediata ou indireta, constituindo-se em causa de extensão da figura delituosa descrita nos diversos tipos penais e nas contravenções;
- e) para os adeptos da teoria dos elementos negativos do tipo, toda vez que não for ilícita a conduta do agente faltará a própria tipicidade.

03 - O curso da prescrição interrompe-se, **exceto**:

- a) pelo recebimento da denúncia ou da queixa;
- b) pela sentença condenatória recorrível;
- c) pela decisão confirmatória da pronúncia;
- d) pelo acórdão confirmatório de condenação;
- e) pela reincidência.

04 - Averiguando notícia anônima que apontava o “Bar do Luiz” como local de consumo de drogas, policiais civis lograram êxito em surpreender três frequentadores fumando cigarros de maconha. Apurou-se posteriormente que o Sr. Luiz, mesmo não se dedicando ao comércio nem ao uso de entorpecentes, consentia em ceder gratuitamente suas instalações para que os fregueses fizessem uso de tais substâncias proibidas. **De acordo com a Lei n.º 6368/76, o Sr. Luiz incorreu:**

- a) em delito algum, sendo sua conduta atípica;
- b) nas mesmas penas do artigo 12, sendo sua conduta equiparada pela referida legislação ao tráfico de drogas;
- c) nas sanções do artigo 12, diminuídas de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) por força do disposto no artigo 29, §1º, do Código Penal (participação de menor importância);
- d) nas mesmas penas do artigo 16, sendo sua conduta equiparada pela referida legislação ao uso de drogas;
- e) nas sanções do artigo 16, diminuídas de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) por força do disposto no artigo 29, §1º, do Código Penal (participação de menor importância).

05 - Marque a alternativa **correta**:

- a) o reincidente específico em crime hediondo precisa cumprir 2/3 (dois terços) da soma das penas para atingir o estágio exigido ao livramento condicional;
- b) o juiz pode suspender o curso do livramento condicional, ordenando a prisão do liberado, se este praticar outra infração penal. A revogação do benefício, entretanto, ficará dependendo da decisão final;
- c) a LEP (Lei n.º 7.210/84) aplica-se exclusivamente ao preso cuja sentença condenatória houver transitado em julgado;
- d) com realção às saídas temporárias, a LEP (Lei n.º 7.210/84) não fez distinção entre sentenciado primário e reincidente, exigindo de ambos o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena para obtenção do benefício;
- e) todas as assertivas acima são falsas.

06 - Sobre o crime de homicídio é correto afirmar, **exceto**:

- a) tanto o sujeito passivo como o objeto material do delito é o ser humano com vida, pois sobre ele recai diretamente a conduta do agente;
- b) sua execução pode se realizar sob variados meios, diretos ou indiretos, físicos ou morais, desde que idôneos à produção do resultado morte;
- c) considera-se privilegiado o homicídio se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;
- d) a premeditação não está incluída entre as qualificadoras do delito;
- e) sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.

07 - Antunes, um rico empresário, contratou os serviços do segurança Pedro para proteger seu patrimônio e integridade física. No contrato firmado entre ambos destacava-se a cláusula que obrigava Pedro a expor-se ao limite, arriscando a própria vida, para salvar o padrão de perigo direto e iminente. Todavia, durante uma viagem de rotina, o monomotor particular do empresário, pilotado por ele próprio, sofreu uma pane e os dois passaram a disputar o único pára-quadras existente na aeronave. Valendo-se de seu vigor físico, o segurança contratado impôs-se facilmente frente a seu opositor e logrou êxito em abandonar o aparelho, determinando, em consequência, a morte trágica do contratante. **A conduta de Pedro:**

- a) embora típica, não é ilícita, tendo ele agido sob o amparo da excludente do estado de necessidade;
- b) é típica, ilícita e culpável, devendo responder pelo crime de homicídio uma vez que sua posição de garantidor impede a alegação de qualquer justificativa legal;
- c) embora típica, não é ilícita, tendo ele agido sob o amparo da excludente da legítima defesa;
- d) é atípica, pois falta o elemento subjetivo do crime de homicídio, que é o dolo específico de matar;
- e) é típica, ilícita e culpável, devendo responder pelo crime de homicídio porque tinha o dever contratual de enfrentar o perigo.

08 - De acordo com os postulados da teoria da imputação objetiva é correto afirmar, **exceto:**

- a) para que ocorra a imputação objetiva da conduta típica basta que o agente provoque situação de risco juridicamente proibido, pouco importando a materialização desse risco em resultado lesivo;
- b) sendo a imputação objetiva tema afeto à tipicidade, a atuação nos limites do risco permitido não é penalmente típica, estando ausente o desvalor da conduta;
- c) a imputação é excluída quando a conduta geradora do resultado se configurar como uma ação que diminuiu o risco existente ao invés de incrementá-lo;
- d) para a identificação do risco proibido, além do princípio do incremento do risco permitido, é indispensável que se observe o princípio da finalidade protetiva da norma;
- e) não há imputação se a conduta geradora do resultado, apesar de haver ocasionado um perigo relevante para o bem jurídico, é considerada socialmente adequada.

09 - Sobre o momento consumativo do crime, assinale a alternativa **falsa:**

- a) nos crimes materiais, a consumação ocorre com o evento ou resultado;
- b) nos crimes culposos, só há consumação com o resultado naturalístico;
- c) nos crimes formais a consumação ocorre com a própria ação, já que não se exige resultado naturalístico;
- d) nos crimes permanentes, a consumação se protraí no tempo, desde o instante em que se reúnem os seus elementos até que cesse o comportamento do agente;
- e) nos crimes omissivos impróprios, a consumação ocorre com a simples omissão do agente.

10 - Ao surpreender o adolescente Fabinho no interior de seu pomar tentando subtrair alguns frutos, o lavrador José Pereira, armado com uma espingarda cartucheira municiada com sal grosso, o colocou para fora antes mesmo de sofrer qualquer prejuízo. Em seguida, acreditando estar autorizado pelo ordenamento legal a castigá-lo fisicamente pelo fato de ter invadido sua humilde propriedade, efetuou contra ele um disparo, provocando-lhe lesões corporais leves. **O agente não responderá pelo delito tipificado no artigo 129 do Código Penal porque a hipótese caracteriza:**

- a) erro de proibição direto;
- b) erro de proibição indireto;
- c) erro de tipo acidental;
- d) erro de tipo essencial;
- e) erro sobre pressuposto fático da legítima defesa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11 - Da decisão que admitir , ou não , o assistente :

- a) não caberá recurso ;
- b) caberá apelação ;
- c) caberá recurso em sentido estrito ;
- d) caberá reclamação ao órgão especial do Tribunal de Justiça ;
- e) caberá correção parcial ;

12 - Assinale a alternativa **incorreta**:

Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que :

- a) praticar fato previsto como crime ;
- b) fugir;
- c) frustrar os fins da execução ou não pagar , podendo , a multa cumulativamente imposta ;
- d) provocar acidente de trabalho ;
- e) incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.

13 - Atendendo a requerimento do Ministério Público , o Juiz de Direito da Comarca de Rio do Ouro decretou a prisão preventiva do Delegado de Polícia Marden e dos Detetives “Tião Faquir” e “Jorginho Mendigo” , nos autos da ação penal a que respondem pela prática do delito de tortura contra a vítima Nádia Trapalhada (art. 1º, § 3º , primeira parte e 4º , I da Lei 9455/97) . Assim que tomaram conhecimento da medida , os acusados impetraram habeas corpus perante o Tribunal de Justiça, através de seu advogado , alegando estarem em vias de sofrer constrangimento ilegal em sua liberdade de ir e vir face à ausência de quaisquer das hipóteses justificadoras do decreto de prisão . Após indeferimento da liminar pleiteada e prestação de informações por parte da autoridade tida como coatora , a ordem foi denegada por maioria de votos , tendo o relator votado pela concessão da ordem , com o imediato recolhimento do mandado de prisão , eis que entendia não subsistirem os motivos ensejadores da prisão , enquanto os dois outros membros da turma julgadora não vislumbraram qualquer ilegalidade ou abuso de poder que pudesse macular o decreto de

prisão , votando pela denegação do “writ”. Irresignado , o patrono exercitou embargos infringentes contra a decisão da corte . **Nesse caso , os embargos deverão ser :**

- a) admitidos , desde que interpostos juntamente com o recurso ordinário ;
- b) inadmitidos , não sendo cabíveis em habeas corpus , podendo , no entanto , ser conhecidos como recurso ordinário , se apresentados tempestivamente;
- c) admitidos , sendo possível a concessão da ordem limitada ao voto vencido do relator ;
- d) inadmitidos , pois em se tratando de habeas corpus , somente se admitem embargos de nulidade ;
- e) admitidos , permitindo nova análise da matéria , que ainda não estaria esgotada naquele grau de jurisdição .

14 - A respeito da interceptação de comunicação telefônica , considere as seguintes proposições :

- I - será admitida somente quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis ;
- II - seu pedido poderá ser feito , excepcionalmente , de forma verbal ao juiz , desde que presentes os pressupostos autorizadores de sua concessão ;
- III- seu pedido poderá ocorrer nos próprios autos do inquérito policial ou do processo ;
- IV - não será admitida se o fato investigado for punido com pena de detenção ;
- V - o juiz decidirá sobre seu pedido no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

- a) I , III e IV estão corretas ;
- b) II , IV e V estão incorretas ;
- c) somente III é incorreta ;
- d) somente II é correta ;
- e) todas estão corretas .

15 - O recurso em sentido estrito terá efeito suspensivo nas seguintes hipóteses , exceto:

- a) quando interposto contra decisão que decretou perda da fiança ;
- b) quando interposto contra decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta ;
- e) quando interposto contra decisão que converteu a multa em prisão simples ;
- d) quando interposto contra decisão que revogou livramento condicional ;
- e) quando interposto contra decisão sobre unificação de penas .

16 - No que se refere aos recursos extraordinário e especial, todas as alternativas são verdadeiras, exceto:

- a) o recurso extraordinário e o recurso especial são dirigidos, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, objetivando o reexame de questões de direito, e não de matéria de fato, sendo cabíveis tão somente nas hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal;
- b) o pressuposto fundamental dos recursos extraordinário e especial é a existência de uma questão de direito federal a ser dirimida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, o que significa que eles visam, primordialmente, à tutela do próprio direito objetivo editado pela União;
- c) os recursos extraordinário e especial são admissíveis quando a decisão recorrida tiver por objeto norma estadual ou municipal cuja validade seja questionada em face da Constituição ou das leis federais;

d) o pré-questionamento constitui requisito primordial dos recursos extraordinário e especial, bastando, para tanto, que a questão federal seja suscitada pela parte durante o processo ou nas razões do recurso ordinário, não se exigindo sua efetiva apreciação pelo tribunal *a quo*;

e) comportando o caso, simultaneamente, a interposição de recurso extraordinário e especial, devem ser apresentadas duas petições distintas, no prazo comum de quinze dias, ao Presidente do Tribunal que proferiu a decisão profligada, a quem competirá o exame da admissibilidade da impugnação, contendo a exposição do fato e do direito, a demonstração do cabimento do recurso, e as razões do pedido de reforma da decisão.

17 - No que concerne aos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, todas as assertivas são verdadeiras, **exceto**:

a) antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, no caso de agravo de instrumento, a autoridade judiciária proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão;

b) a remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, antes da sentença;

c) a representação, que independe de prova pré-constituída da autoria e da materialidade, pode ser deduzida oralmente, em sessão diária instalada pela autoridade judiciária;

d) a medida socioeducativa de advertência dispensa o procedimento contraditório, por tratar-se de admoestação verbal, devendo ser imposta de plano em face do boletim de ocorrência ou relatório policial;

e) antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, no caso de apelação, a autoridade judiciária proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão.

18 - Assinale a afirmativa **falsa**:

a) se, durante a instrução criminal, o acusado primário e de bons antecedentes esteve em liberdade, por não se entender necessária sua custódia preventiva, não existindo fato posterior que tenha modificado a situação, ainda assim sua prisão, em virtude de sentença condenatória recorrível, poderá ser decretada, tão somente com supedâneo no dispositivo processual que prevê como efeito da sentença condenatória a prisão do réu, não havendo qualquer nulidade na não demonstração, no pronunciamento judicial, da sua necessidade;

b) o reconhecimento da nulidade do auto de prisão em flagrante atinge unicamente o seu valor como instrumento da coação cautelar, não tendo repercussão no processo crime, nem impedindo que o juiz, reconhecendo a existência dos pressupostos previstos no art. 312, do Código de Processo Penal, decrete a prisão preventiva;

c) a falta de menção, na nota de culpa, do motivo da prisão, ou mesmo a errônea capitulação dos fatos, não gera a nulidade do flagrante, se não existe demonstração de prejuízo no exercício da defesa;

d) nos termos do art. 304, do Código de Processo Penal, após ouvir o condutor e as testemunhas que o acompanharem, deverá a autoridade interrogar o capturado, sendo esta uma formalidade essencial para a lavratura do flagrante, que, entretanto, poderá ser dispensada em circunstâncias excepcionais;

e) apontando o despacho que decreta a prisão preventiva os indícios da autoria e a prova da materialidade delitiva, bem como os fatos demonstrativos da necessidade da adoção da medida, com a indicação de seus pressupostos, não há que se falar em sua nulidade, por ser o mesmo sucinto.

19 - Todas as alternativas são verdadeiras, **exceto**:

- a) não contendo a sentença a correta identificação nominal do réu, por ter o mesmo usado nome alheio, mas sendo certa sua identidade física, não ocorrerá nulidade da decisão prolatada;
- b) haverá nulidade da sentença proferida se o defensor constituído ou dativo, na fase do art. 500, do Código de Processo Penal, deixou de ofertar alegações finais, apesar da regular abertura de vista para seu oferecimento, sem que tenha sido suprida a omissão;
- c) é de se reconhecer a nulidade da sentença no caso de inversão na ordem de apresentação das alegações finais, por ser da essência do contraditório o direito da defesa em pronunciar-se por último;
- d) verificada a participação nos fatos de co-réu não incluído na denúncia, e tendo havido aditamento da peça exordial, deverá ser o co-réu citado, promovendo-se nova instrução;
- e) imputado ao acusado a prática de delito punido com detenção e tendo o juiz seguido o rito estabelecido para os crimes apenados com reclusão, abrindo prazo para as diligências do art. 499 e para as alegações finais do art. 500, do Código de Processo Penal, ao invés de realizar audiência de debates e julgamento, ocorrerá nulidade absoluta, por inobservância do procedimento devido.

20 - No que tange aos recursos no Processo Penal, todas as asserções são verdadeiras, exceto:

- a) não são cabíveis embargos infringentes contra acórdãos proferidos em revisão criminal, bem como em pedido de desaforamento;
- b) o protesto por novo júri é recurso exclusivo da defesa, oponível somente quando houver uma decisão condenatória, resultante de um pronunciamento do tribunal popular, à pena superior a vinte anos, imposta por um único crime, e desde que não tenha sido anteriormente utilizado;
- c) as decisões que concederem, negarem ou revogarem livramento condicional devem ser impugnadas pelo agravo em execução, previsto na Lei de Execução Penal;
- d) a carta testemunhável, remédio de caráter subsidiário, é cabível desde que denegado o recurso ou, embora admitido, seja obstada sua expedição e seguimento para o juízo *ad quem*, salvo se a lei houver previsto outro meio de impugnação das decisões de não recebimento ou não seguimento do recurso;
- e) a correição parcial é medida destinada ao combate de decisões ou despachos dos juízes não impugnáveis por outro recurso e que, por erro ou abuso, constituem inversão tumultuária do processo, servindo, assim, para corrigir *error in procedendo* e não o *error in iudicando*.

DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL

21 - Em relação aos contratos, a ausência do pressuposto pluralidade de partes é:

- a) defeito grave, sendo o contrato considerado negócio jurídico nulo;
- b) defeito leve, sendo o contrato considerado ato jurídico anulável;
- c) defeito grave, considerando-se o contrato, em princípio, ato inexistente;
- d) defeito leve, sendo o contrato, a rigor, ato anulável *pleno iure*;
- e) defeito leve, cuidando-se de nulidade relativa.

22 - É obrigação quesível, por presunção legal *iuris tantum*:

- a) a obrigação de quem deve até \$1000;
- b) a obrigação de indenizar por parte daquele que causa dano injusto;
- c) a obrigação do paciente pelos honorários médicos;
- d) a obrigação do cliente, pelos honorários advocatícios;
- e) todas as anteriores.

23 - Um policial, no estrito cumprimento do dever legal, causou dano a um terceiro. Configurada a responsabilidade civil, pode-se asseverar que o Estado:

- a) indenizará o 3º, regressando contra o policial, com base na teoria objetiva;
- b) indenizará o 3º, nada podendo contra o policial, com base na teoria subjetiva;
- c) não terá que indenizar o 3º, com base na teoria subjetiva;
- d) indenizará o 3º, nada podendo contra o policial, com base na teoria objetiva;
- e) deverá indenizar o 3º e regressar contra o policial, com base na teoria subjetiva.

24 - João e Manoel são herdeiros de Joaquim. João tinha filhos e foi excluído por indignidade. A herança de Joaquim será deferida:

- a) a Manoel e aos filhos de João, por estirpe e transmissão;
- b) somente a Manoel;
- c) a Manoel a aos filhos de João, por cabeça e representação;
- d) a Manoel e aos filhos de João, por estirpe e representação;
- e) a Manoel e aos filhos de João, por cabeça e transmissão.

25 - No processo de inventário-partilha, a sobrepartilha diz respeito:

- a) à nova partilha, quando da anulação da primeira;
- b) à partilha dos bens relativos a herdeiros supervenientes;
- c) aos legados;
- d) a bens ilíquidos, incertos e remotos, a princípio relegados a segundo plano;
- e) apenas aos bens sonegados na primeira partilha.

26 - Dado o nome "Construtora Souza e Silva Ltda", podemos afirmar que se trata de:

- a) firma individual;
- b) razão social;
- c) denominação;
- d) firma social;
- e) título de estabelecimento.

27 - É exemplo de domicílio necessário, **exceto** o do:

- a) cigano, que é onde for encontrado;
- b) militar, que é onde estiver servindo;
- c) preso, que é onde estiver cumprindo a pena;
- d) funcionário público, que é onde estiver servindo;
- e) incapaz, que é o mesmo de seu representante legal.

28 - Uma pessoa adquiriu imóvel de outra, sem saber que esta estava em situação precária perante seus credores. O preço pago foi o de mercado. A venda, em princípio:

- a) será anulada, por configurar fraude contra credores;
- b) não será anulada, provando o adquirente sua boa fé;
- c) só será anulada se o adquirente não pagar o preço integralmente;
- d) será anulada, por configurara fraude de execução;
- e) não será anulada, mesmo provando-se a má fé do alienante.

29 – A palavra “empresa” está empregada corretamente, no sentido técnico mais puro, na seguinte oração:

- a) João esteve hoje em sua empresa;
- b) a empresa “X” está admitindo empregados;
- c) a empresa de Joaquim entrou em concordata;
- d) Manuel criou uma sociedade para exercer empresa comercial;
- e) José criou uma empresa para exercer atividade comercial.

30 - São pessoas jurídicas colegiadas, **exceto**:

- a) as sociedades;
- b) as associações;
- c) os partidos políticos;
- d) as sociedades de economia mista;
- e) as autarquias.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31 - É **incorreto** afirmar:

- a) que comparecendo o réu apenas para argüir a nulidade da citação e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado foi intimado da decisão;
- b) que o juiz dará curador especial ao réu revel citado por hora certa;
- c) que ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei;
- d) que o adquirente ou o cessionário de coisa ou de direito litigioso não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante ou o cedente, sem que o consinta a parte contrária;
- e) que o réu, na contestação, pode formular pedido em seu favor, desde que fundado em fatos.

32 - No tocante ao recurso de agravo de instrumento é **correto** afirmar que:

- a) se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo;
- b) em prazo não superior a trinta dias da intimação do agravado, o relator pedirá dia para julgamento;

- c) será sempre retido o agravo das decisões posteriores à sentença, salvo caso de inadmissão da apelação;
- d) será dirigido diretamente ao tribunal competente, através de petição, com a exposição do fato e do direito; as razões do pedido de reforma da decisão e o nome e o endereço completo dos advogados, constantes do processo;
- e) todas as alternativas acima são verdadeiras.

33 - Assinale a opção incorreta:

- a) extingue-se o processo, sem o julgamento do mérito, pela convenção de arbitragem;
- b) há perempção quando o autor der causa, por três vezes, à extinção do processo;
- c) há litispendência quando se repete ação que está em curso;
- d) há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por sentença de que não caiba recurso;
- e) uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido;

34 - Assinale a opção incorreta:

- a) nos processos de execução a citação não poderá ser feita pelo correio;
- b) dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras;
- c) se o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca, determinar-se-á o foro pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel;
- d) prorroga-se a competência, se o réu não opuser exceção declinatória do foro e de juízo, no caso e prazo legais;
- e) é competente o foro do domicílio ou da residência do alimentante para a ação em que se pedem alimentos.

35 - Assinale a opção incorreta:

- a) todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no Código de Processo Civil, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa;
- b) não dependem de prova os fatos notórios; os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; os fatos admitidos, no processo, como incontroversos e os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade;
- c) no sistema chamado da prova legal a lei atribui valores fixos aos meios de prova;
- d) no sistema chamado da persuasão racional (também conhecido como sistema do livre convencimento ou do livre convencimento motivado) o juiz é livre para formar seu convencimento;
- e) no sistema chamado da íntima convicção o juiz formará o seu convencimento através de quaisquer elementos, não ficando vinculado às provas produzidas;

36 - Assinale a opção incorreta:

- a) a apelação interposta contra a sentença que decreta a interdição será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo;
- b) a apelação interposta de sentença que decide o processo cautelar será recebida só no efeito devolutivo;

- c) será recebida só no efeito devolutivo a apelação interposta da sentença que homologar a divisão ou a demarcação;
- d) será recebida só no efeito devolutivo a apelação interposta da sentença que julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem;
- e) será recebida só no efeito devolutivo a apelação interposta da sentença que julgar a liquidação de sentença.

37 - Assinale a opção correta:

- a) o recurso adesivo será admissível apenas na apelação e nos embargos infringentes;
- b) o recurso adesivo será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para recorrer;
- c) o recurso adesivo será conhecido, mesmo se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto;
- d) cabem embargos infringentes quando não for unânime o julgado proferido em apelação e em ação rescisória;
- e) os embargos de declaração suspendem o prazo para o oferecimento de outros recursos, por qualquer das partes.

38 - Assinale a opção correta:

- a) não é obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações de usucapião de terras particulares;
- b) indeferida a petição inicial, não pode o juiz, após o autor apelar, reformar sua própria decisão;
- c) pode requerer a remição de bens, prevista no Código de Processo Civil, apenas o devedor;
- d) a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção;
- e) a incompetência relativa deve ser alegada na contestação antes de se discutir o mérito.

39 - Assinale a opção correta:

- a) não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado;
- b) o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação;
- c) o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida, desde que, haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu;
- d) a tutela antecipada não poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo;
- e) todas as alternativas acima estão certas.

40 - A modificação da competência pela prorrogação somente ocorre nos casos de:

- a) conexão e continência;
- b) eleição de foro e inércia do réu em oferecer exceção de incompetência;
- c) conexão, continência e eleição de foro;
- d) conexão, continência e inércia do réu em oferecer exceção de incompetência;

e) conexão, continência, eleição de foro e inércia do réu em oferecer exceção de incompetência.

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

41 - Segundo a doutrina tradicional, uma norma é considerada materialmente constitucional quando:

- a) dispõe sobre questões materiais e não meramente formais.
- b) caracteriza uma Constituição rígida;
- c) materializa a vontade política do legislador constituinte;
- d) refere-se à estrutura do Estado, à organização dos poderes e aos direitos fundamentais;
- e) integra uma Constituição não escrita, costumeira;

42 – Considere os seguintes enunciados:

- I- todos os legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade também o são para ajuizar Ação Declaratória de Constitucionalidade;
- II- a Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão julgada procedente opera efeito “erga omnes”;
- III- pelo critério difuso, portanto com efeito “inter partes”, pode o Juízo “a quo” reconhecer inconstitucional uma lei declarada constitucional;
- IV- todas as normas constitucionais são dotadas de eficácia jurídica e, nos limites desta, são imediatamente aplicáveis;
- V- as leis e atos normativos anteriores à Constituição são passíveis do controle concentrado de constitucionalidade, através da ação pertinente, quando ensejam controvérsia quanto à receptividade ou não pela nova ordem constitucional;

- a) somente o enunciado III é incorreto;
- b) os enunciados II, IV e V são corretos;
- c) somente o enunciado IV é correto;
- d) os enunciados I, e IV são corretos.
- e) os enunciados I, II e V são corretos.

43 – Marque a opção **correta**:

- a) o Poder Constituinte decorrente não pode instituir um Poder Constituinte reformador da Constituição que vier a promulgar;
- b) a doutrina atual defende a idéia de que o Poder Constituinte originário, ilimitado, autônomo e incondicionado, parte do nada jurídico e dispensa-se da observância de quaisquer princípios ou valores preestabelecidos;
- c) o recurso extraordinário é instrumento de controle da constitucionalidade das decisões judiciais;
- d) nos Territórios Federais a jurisdição e as atribuições da justiça comum serão exercidas pela Justiça Federal;
- e) o Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, tem como um de seus membros natos o Procurador-Geral da República.

44 – O art. 16, da Constituição Federal dispõe que “*A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até 1 (um) ano da data de sua vigência*”

Considerando as teorias que tratam da aplicabilidade e da eficácia das normas constitucionais, a norma acima pode ser considerada:

- a) de aplicabilidade imediata e eficácia contida porquanto, conforme dispõe em si mesma, a aplicação da lei referida ficará contida em relação a eleição subsequente que ocorrer até um ano após sua vigência;
- b) de aplicabilidade imediata e eficácia plena, independentemente da lei referida;
- c) de aplicabilidade imediata e eficácia limitada vez que limita no tempo a aplicação da lei referida;
- d) equivalente às normas “not self-executing” da doutrina constitucional norte-americana;
- e) de aplicabilidade imediata e eficácia restringível, posto que restringe temporalmente a vontade do legislador infraconstitucional.

45 - Considere as seguintes proposições:

I – diz-se “direitos políticos negativos” as previsões constitucionais que, de uma forma ou de outra, privam o cidadão de participar do processo político e dos órgãos governamentais;

II – a Emenda Constitucional nº 28, de 25-5-2000, deu nova redação a norma constitucional de princípio institutivo;

III – a Constituição Federal veda ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira;

IV – a doutrina classifica a imunidade parlamentar em duas espécies: formal e material. Aos Vereadores, a exemplo dos demais membros do Poder Legislativo, a Constituição Federal assegura ambas;

V – assim como a Constituição Federal fixa expressamente o número de Ministros componentes do STF, a Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece o número de Desembargadores que integram o TJ.

- a) todas as proposições são corretas;
- b) as proposições I, IV e V são corretas;
- c) as proposições I e III são corretas;
- d) as proposições I, II e III são corretas;
- e) as proposições IV e V são corretas.

46 – A Constituição Federal não veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir imposto sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços de cooperativas de pequenos produtores rurais, na forma da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

e) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, na forma da lei;

47 - Assinale a alternativa incorreta.

- a) O Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos são agentes públicos;
- b) Os Senadores, os Deputados, os Vereadores, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais são agentes políticos;
- c) As pessoas contratadas por tempo determinado para que a Administração Pública possa atender a necessidade temporária de excepcional interesse público ocupam cargo público;
- d) A contratação de agentes temporários não exige concurso público;
- e) As pessoas que colaboram com a Administração Pública por vontade própria são chamados funcionários de fato;

48 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado;
- b) As sociedades de economia mista podem ser criadas e organizadas para a prestação e exploração de serviços públicos;
- c) Os servidores das sociedades de economia mista se submetem ao regime trabalhista comum;
- d) Os servidores das empresas públicas, embora sujeitos à aprovação em concurso público para ingresso nos quadros da entidade, não adquirem estabilidade;
- e) As empresas públicas podem adotar qualquer forma societária dentre as em direito admitidas, e o seu capital é composto de recursos públicos e particulares.

49 - No que se refere à prescrição das dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim de todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, todas as alternativas abaixo estão corretas, **exceto:**

- a) não atinge o que se convencionou denominar de “o próprio fundo de direito”, desde que o direito postulado ou a situação jurídica da qual ele resulta não tenha sido, explícita ou implicitamente, negada pela Administração.
- b) O direito à reclamação administrativa, que não tiver prazo fixado em disposição de lei para ser formulada, prescreve em um ano a contar da data do ato ou fato do qual a mesma se originar.
- c) A prescrição interrompida recomeça a correr, pela totalidade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.
- d) nas relações jurídicas de trato sucessivo, retroage para alcançar, no prazo legal, as prestações que se venceram naquele interstício.
- e) somente poderá ser interrompida uma vez.

50 - Diante das inovações trazidas pela Emenda Constitucional n.º 19/98, no que diz respeito aos *servidores públicos estáveis*, todas as afirmativas abaixo estão incorretas, **exceto:**

- a) são estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.
- b) o servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a

indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

d) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, auferindo a totalidade dos vencimentos correspondentes ao cargo antes exercido, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

e) os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, exclusivamente, por servidores estáveis, ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

51 - O ingresso na carreira do Ministério Público dar-se-á mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

Nos termos da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1.994 (que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais), todas as assertivas abaixo estão corretas, exceto uma. Assinale-a:

a) competirá à Câmara de Procuradores de Justiça decidir, em caso de omissão injustificada do Procurador-Geral de Justiça, pela abertura de concurso para provimento de cargos iniciais da carreira, quando o número de vagas exceder a 1/5 (um quinto) do quadro respectivo;

b) os integrantes da Comissão de Concurso, membros do Ministério Público, serão eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público entre Procuradores e Promotores de Justiça de entrância especial, sendo que o representante da Ordem dos Advogados do Brasil e seu suplente serão escolhidos pelo Presidente da Comissão entre os integrantes de lista sêxtupla apresentada pela Seção de Minas Gerais;

c) o candidato aprovado nas provas escritas somente será admitido às provas orais após realização de exame psicotécnico vocacional, elaborado por instituição pública ou por entidade particular registrada no Conselho Regional de Psicologia, o qual servirá de subsídio para o julgamento final, sem prejuízo de entrevista pessoal com os integrantes da comissão examinadora do concurso;

d) salvo motivo justificado, o prazo máximo para conclusão do concurso é de 90 (noventa) dias úteis, contado do encerramento das inscrições;

e) o concurso terá validade de 2 (dois) anos contados da homologação, prorrogável por igual período.

52 - Pelo exercício irregular da função pública, o membro do Ministério Público responde penal, civil e administrativamente.

No âmbito administrativo, os membros do Ministério Público estão sujeitos a penalidades, que constarão em seus assentos funcionais.

Nos termos da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1.994 (que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais), todas as assertivas abaixo estão corretas, exceto uma. Assinale-a:

a) as penalidades previstas pela Lei Complementar em epígrafe são: advertência; censura; disponibilidade compulsória e cautelar; remoção compulsória e exoneração;

- b) o membro do Ministério Público que praticar infração punível com censura ou disponibilidade compulsória não poderá aposentar-se até o trânsito em julgado do procedimento disciplinar administrativo, salvo por implemento de idade;
- c) a pena de advertência será aplicada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e, supletivamente, pelo Procurador-Geral de Justiça, por escrito e de forma reservada;
- d) a pena de censura será aplicada pessoalmente pelo Corregedor-Geral do Ministério Público em sessão pública do Conselho Superior do Ministério Público;
- e) a pena de remoção compulsória, fundamentada em motivo de interesse público, será determinada pelo Conselho Superior do Ministério Público, por voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, em sessão secreta.

53 - Quanto a internação, medida socioeducativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, arts. 121 e segs.), pode-se afirmar, **exceto**:

- a) o ECA visando garantir os direitos do adolescente, condicionou-a a três princípios mestres, sendo eles: (1) o da brevidade; (2) o da excepcionalidade; e (3) o do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- b) em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a três anos.
- c) o prazo de internação, quando o menor descumpra reiterada e injustificadamente medida anteriormente imposta, não poderá ser superior a três meses.
- d) torna-se necessária a estipulação do prazo da internação na sentença, porquanto a internação equipara-se na prática à medida de segurança penal.
- e) durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

54 - À luz da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, no concernente à propaganda eleitoral em geral, pode-se afirmar, **exceto**:

- a) permite-se a fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados nos postes de iluminação pública, viadutos, passarelas e pontes, desde que não lhes cause dano, dificulte ou impeça o seu uso e o bom andamento do tráfego;
- b) independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato;
- c) a realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto, depende de licença da polícia, devendo a Autoridade Policial tomar as providências necessárias à garantia da realização do ato e ao funcionamento do tráfego e dos serviços públicos que o evento possa afetar;
- d) a propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia;
- e) é permitida, até o dia das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, partido ou coligação, de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide.

55 - A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1.989 (regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99), dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplinando nesse campo, a atuação do Ministério Público.

Com bastante atenção, leia as assertivas abaixo:

- A) As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.
- B) A sentença a ser prolatada nos autos da ação civil pública terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- C) A sentença a ser prolatada nos autos da ação civil pública que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- D) Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recursos, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.
- E) Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1.989, quando requisitados pelo Ministério Público.

Assinale a opção que entender **correta**:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) somente as assertivas constantes das letras “a” e “b” estão corretas;
- c) somente a assertiva constante da letra “c” está errada;
- d) somente as assertivas constantes das letras “c” e “d” estão erradas;
- e) somente a assertiva constante da letra “e” está errada.

56 – Com relação à proteção contratual do consumidor, são corretas as afirmativas, **exceto**:

- a) a ordem pública de proteção instituída pela Lei 8.078/90 visa proteger os consumidores contra as cláusulas abusivas inseridas nos contratos de adesão e nos contratos de *gré à gré*;
- b) nos contratos de adesão, só é permitida a cláusula resolutória alternativa, cabendo ao consumidor a escolha entre a resolução ou manutenção do contrato;
- c) são abusivas e, portanto, nulas de pleno direito, as cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços e por danos oriundos dos acidentes de consumo;
- d) nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor-pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;
- e) o artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor traz um elenco taxativo de cláusulas abusivas, em *numerus clausus*, declarando-as nulas de pleno direito.

57 – A respeito do sistema jurídico de proteção do consumidor contra as práticas comerciais abusivas, as seguintes assertivas são verdadeiras, **exceto**:

- a) as práticas comerciais abusivas podem ser pré-contratuais ou contratuais, mas não podem ser pós-contratuais;
- b) a aplicação de fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido constitui prática abusiva;
- c) as práticas comerciais abusivas se sujeitam à ação cominatória de cessação e ensejam a aplicação de sanções administrativas e penais, além de ocasionarem a obrigação de reparar pelos danos causados, inclusive os morais;
- d) é considerada prática abusiva a elevação do preço dos produtos e dos serviços sem justa causa;
- e) é considerada prática abusiva a colocação, no mercado de consumo, de produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes.

58 – Com relação às normas de proteção do consumidor, é **falsa** a assertiva :

- a) através de inquérito civil, é feito pelo Ministério Público o controle administrativo concreto e abstrato das cláusulas abusivas;
- b) o dever de informar é imposto imperativamente aos fornecedores, inclusive por norma de natureza penal inserida no Código de Defesa do Consumidor;
- c) o código de Defesa do Consumidor adotou a teoria do risco da atividade econômica como regra fundamental da responsabilidade civil, não se admitindo o caso fortuito e a força maior como causas excludentes do dever de reparar o dano decorrente de fato do produto;
- d) segundo o Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação da culpa, não sendo possível, neste caso, a inversão do ônus da prova;
- e) as causas excludentes de responsabilidade civil pelos acidentes de consumo estão postas pelo Código de Defesa do Consumidor em *numerus clausus*.

59 – A respeito da legislação de proteção ambiental, considere as seguintes assertivas :

- A) O Estudo de Impacto Ambiental - EIA - é instrumento compulsório da Política Nacional do Meio Ambiente a ser realizado em todos os casos de obras ou atividades de significativa degradação ambiental.
- B) Deve ser dada publicidade ao Estudo de Impacto Ambiental, permitindo-se a participação popular na sua elaboração.
- C) Se o órgão público competente não cumprir o seu dever de exigir o Estudo de Impacto Ambiental, quando presente o risco de degradação ambiental significativa, os legitimados *ad causam* poderão agir judicialmente para obrigar a sua realização.
- D) No caso de dano ambiental, o legislador brasileiro adotou a teoria do risco integral, não se admitindo nenhuma causa excludente de responsabilidade civil, nem mesmo o caso fortuito ou a força maior.
- E) Para a defesa ambiental, são admissíveis todas as espécies de ação.

Consideradas as proposições acima, marque a resposta **certa**:

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) somente a proposição da letra “e” está errada;
- c) somente as proposições das letras “d” e “e” estão erradas;

- d) somente a proposição da letra “d” está errada;
- e) somente as proposições das letras “b” e “e” estão erradas.

60 – A respeito da proteção ambiental, são corretas as seguintes assertivas, **exceto**:

- a) de maneira indireta ou reflexa, o Código Florestal traça normas para a proteção da quantidade e da qualidade das águas;
- b) são consideradas de preservação permanente, *ex vi legis*, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados “olhos d’água”, qualquer que seja a sua situação topográfica;
- c) danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, é crime contra o meio ambiente;
- d) ao tipificar o crime de poluição, o legislador previu a hipótese de crime qualificado, consistente em causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;
- e) para a configuração dos delitos dolosos ou culposos, consistentes em armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, é preciso que as condutas dos agentes estejam em desacordo com as exigências previstas exclusivamente em lei.

GABARITO

01.A	02.D	03.D	04.B	05.B	06.C	07.A	08.A	09.E	10.B
11.A	12.C	13.B	14.C	15.X	16.D	17.D	18.A	19.E	20.B
21.C	22.E	23.B	24.X	25.D	26.C	27.A	28.B	29.D	30.E
31.E	32.E	33.B	34.E	35.D	36.A	37.D	38.D	39.A	40.E
41.D	42.C	43.C	44.B	45.C	46.C	47.C	48.E	49.C	50.C
51.A	52.D	53.D	54.C	55.A	56.E	57.A	58.D	59.A	60.E

X – Questão anulada.

Prova Escrita (2º Fase)

DIREITO PENAL

NOTAR BEM: Para efeito de correção será considerada especialmente a fundamentação legal, concisão e coerência do raciocínio.

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

“Consentimento do ofendido”.

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Identifique e conceitue os elementos do fato típico culposo.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Por que o finalismo reelaborou a noção de consciência da ilicitude convertendo-a em consciência potencial da ilicitude?

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

João decidiu assaltar o consultório médico do Dr. Bastos, conceituado cardiologista da Capital, mas como não possuía arma de fogo pediu emprestado ao militar Antônio seu revólver particular, calibre 22. Referido militar, mesmo sabendo do propósito criminoso de João, resolveu emprestar-lhe a arma. Em seguida, João convidou o adolescente Pedro para atuar consigo na execução do delito, ficando acertado entre eles que a ação se resumiria em subtrair objetos de valor da clínica, especialmente modernos aparelhos médicos. Passando-se por pacientes comuns, os agentes marcaram uma “consulta” para as 18 horas do dia 23/09/1999, véspera do 18º aniversário de Pedro. No dia combinado, Pedro mostrou a João a escopeta calibre 12 que ganhara de presente de seu “padrinho”, tendo a dupla decidido então utilizar esta arma, de maior poder intimidativo, em lugar do revólver de Antônio. Chegando ao consultório médico, João rendeu o Dr. Bastos e sua secretária, mantendo-os no interior do banheiro sob a mira da citada escopeta, enquanto Pedro subtraía todos os objetos de valor que guarneciam a clínica. Por volta das 22 horas, concluída a subtração, inclusive com o acondicionamento da *res furtiva* no veículo do médico, que seria utilizado para a fuga, João o constrangeu novamente para obrigá-lo a entregar seu cartão bancário e a respetiva senha para retirada no caixa eletrônico. De posse do cartão bancário e o número da senha, obtidos mediante grave ameaça com o emprego da citada arma de fogo, João determinou a Pedro que se dirigisse no veículo do médico, carregado com os objetos já subtraídos, ao caixa eletrônico para fazer a retirada em dinheiro. Embora tal conduta não constasse do plano original, Pedro anuiu a idéia de João e saiu em direção ao caixa eletrônico, tendo retornado três horas depois com a quantia obtida no caixa eletrônico. Finalmente, os agentes empreenderam fuga e livraram as vítimas do grave

constrangimento a que foram submetidas. Analise as condutas de Antônio, João e Pedro e responda as seguintes questões:

a) O militar Antônio praticou delito(s)? Qual(is)? Em caso afirmativo, ele responderá como autor, co-autor ou partícipe? Faça a capitulação legal de sua conduta indicando eventual espécie de concurso de crimes.

b) João praticou delito(s)? Qual(is)? Em caso afirmativo, ele responderá como autor, co-autor ou partícipe? Faça a capitulação legal de sua conduta indicando eventual espécie de concurso de crimes.

c) Pedro praticou delito(s)? Qual(is)? Em caso afirmativo, ele responderá como autor, co-autor ou partícipe? Faça a capitulação legal de sua conduta indicando eventual espécie de concurso de crimes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

O Juiz de Direito Sumariante do Primeiro Tribunal do Júri da Comarca de Verona prolatou a seguinte decisão:

Vistos, etc.

O órgão do Ministério Público da Comarca de Verona ofertou denúncia contra Romeu Montecchio e Mercúrio Montecchio, já qualificados, pela prática dos delitos previstos no art. 121, § 2º, incisos I e IV, e art. 213, combinados com o art. 29 e art. 69, todos do Código Penal.

Segundo a denúncia, Romeu apaixonou-se por Julieta, uma menina de apenas quatorze anos de idade, e convenceu-a a com ele fugir, marcando a data da fuga para o dia 24 de janeiro de 2000.

Romeu preparou cuidadosamente o plano para levar Julieta consigo, pois sabia que o Senhor Capuleto, pai de Julieta, era um homem violento, que infligia constantes maus-tratos à filha. Chamou, então, para ajudá-lo na empreitada, seu primo Mercúrio.

Na data marcada, Romeu e Mercúrio, armados com facas, entraram sorrateiramente na residência do Senhor Capuleto, situada à Rua Mântua, nº 14, no bairro Monterosso, nesta cidade, mas por ele foram surpreendidos. Com um revólver na mão, o Senhor Capuleto proclamou que, se eles não deixassem o local imediatamente, atiraria contra ambos. Mercúrio, entretanto, tomou-lhe a arma e conseguiu dominá-lo, ocasião em que Romeu, dizendo que há muito nutria ódio por Capuleto, desferiu contra o mesmo um golpe de faca, causando-lhe a morte.

Vendo morto seu pai, Julieta desistiu de fugir com Romeu, mas este, irresignado, mandou Mercúrio ficar vigiando a entrada do aposento, e constrangeu Julieta, mediante violência, à conjunção carnal.

Atestado de pobreza fornecido pela autoridade policial às fls. 6 e representação da genitora da vítima às fls. 7.

Interrogatórios às fls. 54/60 e defesas prévias às fls. 61/63.

Ouvidas cinco testemunhas arroladas pela acusação (fls. 67/74), quatro arroladas pela defesa de Romeu (fls. 76/80) e três pela defesa de Mercúrio (fls. 81/83).

Em alegações finais, o Doutor Promotor de Justiça requereu a pronúncia dos réus nos exatos termos da exordial acusatória.

Os Doutores Defensores dos réus, por outro lado, nas suas alegações finais, fizeram diversos pedidos.

É o relatório.

Passo a decidir.

A materialidade dos delitos está comprovada pelos autos de exame de corpo de delito de fls. 39/41 e 43/45.

A autoria dos delitos é certa. Entretanto, disseram os réus que não pretendiam matar Capuleto. Romeu asseverou que somente esfaqueou Capuleto porque ele declarou, em alto e bom som, que iria atirar nele e em Mercúrio. Acrescentou que não constrangeu Julieta à conjunção carnal, pois que foi ela que o convidou para a cópula vagínica, ficando Mercúrio à espreita tão somente para não deixar a mãe de Julieta entrar no quarto, caso ela acordasse.

Há que se acreditar na palavra de Mercúrio quando afirma que só segurou a vítima para que ela não atirasse nele e em Romeu. É que não existe prova segura de que seu objetivo era imobilizá-la para que Romeu a matasse. E, havendo dúvida, prevalece o brocardo *in dubio pro reo*. Dessarte, ausente o dolo, impronuncio o réu Mercúrio, no que se refere ao crime de homicídio.

Quanto a Romeu, está claro que não precisava atacar a vítima, já dominada por Mercúrio. Deve, assim, responder pelo homicídio. Não vejo, entretanto, o motivo torpe. Romeu matou Capuleto porque o odiava profundamente e também porque queria fugir com Julieta, por quem estava apaixonado. Não é, a toda evidência, um motivo repugnante, abjeto, ignóbil, mas, sim, ínfimo, desarrazoado. Além disso, o acusado Romeu não usou de recurso que dificultou a defesa da vítima. Esta, sim, apanhou-o de surpresa. Afasto, portanto, as qualificadoras, mas reconheço, nesta oportunidade, a ocorrência das circunstâncias agravantes do motivo fútil, consubstanciada no fato de Romeu ter matado Capuleto para empreender fuga com sua filha, e de crime praticado contra velho, já que Capuleto era um ancião, com mais de sessenta anos de idade.

No que tange ao crime de estupro, seu julgamento não é de competência do Tribunal do Júri, que só se pronuncia sobre crimes dolosos contra a vida. Cabendo, pois, ao juiz singular o julgamento do delito de estupro imputado aos réus, remeta-se cópia do processo a uma das Varas Criminais desta Comarca.

Pelo exposto, julgo, em parte, procedente a ação penal, para pronunciar Romeu Montecchio nas penas do art. 121, *caput*, do Código Penal, combinado com o art. 61, inciso II, letras “a” e “h”, do mesmo diploma legal, e absolver sumariamente Mercúrio Montecchio.

Lance-se o nome do réu Romeu Montecchio no rol dos culpados.

Sejam os acusados intimados pessoalmente da sentença.

Apesar de possuir maus antecedentes, o réu Romeu é primário.

Concedo-lhe, por consequência, o direito de continuar aguardando o julgamento em liberdade.

P.R.I.

Verona, de 2000.

Benvólio Teobaldo
Juiz Sumariante do Primeiro Tribunal do Júri

INSTRUÇÕES

- a) Como Promotor de Justiça da Comarca de Verona, interponha da decisão o recurso cabível.
- b) Ofereça, desde logo, suas razões recursais, suscitando as irregularidades contidas na decisão.
- c) Desconsidere a ausência de data na decisão. Não há, também, necessidade de datar as peças produzidas.

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O que significa o princípio da complementaridade dos recursos? **Exemplifique.**

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Esclareça o princípio da suficiência da ação penal, citando um exemplo de sua aplicabilidade . **Resposta objetivamente justificada .**

TERCEIRA QUESTÃO: (valor dois pontos)

O que você entende por *reformatio in pejus* indireta ? Que instituto de nosso direito processual penal a contempla e qual sua limitação ? **Resposta objetivamente justificada**

DIREITO CIVIL

INSTRUÇÕES: As respostas deverão ser o mais objetivas possível, utilizando-se o candidato de poucas linhas. Será permitida consulta à legislação não comentada ou anotada.

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

Em poucas linhas, elabore dissertação, respondendo à seguinte pergunta:
“O Direito Civil está em crise ?”

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Em que consiste a denominada teoria da aparência ? Dê um exemplo em que é aplicada.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O restaurante *Bom Bocado Ltda.*, regularmente representado, ajuizou uma ação de natureza indenizatória contra o Sr. Aparício de Almeida, objetivando a reparação pelos prejuízos causados por seu filho Felipe de Almeida, de 19 (dezenove) anos de idade, que, juntamente com outros dois jovens identificados em inquérito criminal, em atos de vandalismo, destruiu parte da fachada do imóvel do estabelecimento, implicando seu fechamento temporário para a realização dos reparos necessários, requerendo, por esses prejuízos, a quantia de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Em defesa, o requerido alegou que seu filho tinha bens próprios (fato verdadeiro) e, por isso, a ação deveria ter sido proposta contra ele, devidamente assistido pelo próprio demandado, em razão de sua relativa incapacidade.

Entendeu ainda que, sendo na hipótese três os autores do ato ilícito, a ação deveria ter sido proposta contra os três e o valor da indenização deveria ser proporcionalmente suportado por todos eles, montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para cada um.

Responda em poucas palavras, se seriam procedentes as alegações do Sr. Aparício ? Por quê ?

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Em determinado processo de separação judicial, o marido obrigou-se a transferir para a mulher um dos dois imóveis qualificados em documento, por cláusula vazada nos seguintes termos: “o cônjuge varão, no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do presente termo, para acerto da partilha, transferirá para o cônjuge virago, através da respectiva escritura, ou o apartamento situado na rua Dona Leocádia, nº 33, unidade de nº 02, bairro Centro dessa cidade de São Firmino, ou o apartamento situado na rua Adroaldo Pereira, nº 188, unidade de nº 01, bairro Centro dessa mesma cidade, este último da propriedade de seu pai”.

Pretendendo o ex-cônjuge proceder ao cumprimento de sua obrigação, tendo escolhido o imóvel da rua Adroaldo Pereira, conforme comunicação verbal feita à ex-mulher, esta, não querendo aceitar, ajuizou ação para ver declarada a nulidade daquela cláusula do Termo de Separação, sob o fundamento de que, pertencendo o imóvel ao pai do ex-marido, este não poderia ser objeto de cláusula contratual sem a devida intervenção de seu proprietário. Emita, em breves comentários, sua opinião.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR (natureza jurídica, requisitos, divergências, alcance/possibilidades, efeitos, conclusões).

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Quais são os princípios gerais do direito processual?

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O Sr. Administrador Regional do Município de Juiz de Fora, no dia 20/04/2000, notificou a Sra. Maria Aparecida para que providenciasse a demolição de um muro construído irregularmente, sob o fundamento de estar o mesmo invadindo a via pública. Inconformada com a notificação, a Sra. Maria Aparecida, em 21/05/2000, impetrou mandado de segurança contra o ato da referida autoridade coatora que, segundo alega, é ilegal e abusivo, pois, o muro em questão não foi construído na via pública e sim no imóvel, situado na rua Ipanema, nº 145, do qual detém a posse. A impetrante instruiu o mandado de segurança com a escritura pública de promessa de compra e venda do referido imóvel.

Pergunta-se: É cabível o mandado de segurança? Justifique a resposta.

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, através da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público, lastreado em procedimento administrativo por ele instaurado, ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de liminar, contra o Estado de Minas Gerais e outros, visando a anulação do concurso público realizado para o provimento de cargo de Professor, sob o fundamento de que ocorreram vários vícios no certame. Foi requerida liminar, “inaudita altera pars”, para a suspensão das nomeações dos candidatos aprovados no citado concurso.

Pergunta-se: É possível o deferimento da liminar? Fundamente a resposta.

DIREITO CONSTITUCIONAL

OBSERVAÇÕES:

- A caligrafia ininteligível não será objeto de decodificação pelo examinador;
- O método de exposição da matéria, que evidencie seu efetivo domínio, será considerado na valoração de cada questão dada.

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

“Interpretação das Normas Constitucionais”.

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Descreva sucintamente a distinção entre controle de constitucionalidade por via de ação e de exceção.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Esclareça resumidamente como se classifica a vigente Constituição brasileira?

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Cite um, apenas um, dispositivo constitucional, (basta citar o número, não é necessário transcrever o teor), que seja pertinente a cada um dos enunciados abaixo:

- a) Configura elemento de estabilização constitucional: _____
- b) Regulariza a situação do “heimatlos” ou apátrida: _____
- c) Estabelece o princípio da participação: _____
- d) Classifica-se como norma de eficácia relativa restringível: _____

DIREITO ADMINISTRATIVO

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

Disserte sobre “Responsabilidade Civil do Estado”, abordando os seguintes pontos:

- a) responsabilidade subjetiva;
- b) responsabilidade objetiva;
- c) responsabilidade por atos judiciais;

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

A “limitação administrativa” é um dos meios que o Estado dispõe para intervir na propriedade privada, mediante a imposição unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social. Nesse caso, a intervenção gera direito à indenização? Justifique.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O que se entende por “fato do príncipe” e “fato da administração”, no tocante aos contratos administrativos?

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Nos termos da legislação vigente, qual a distinção entre “dispensa” e “inexigibilidade” de licitação?